



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato: 3221 6161

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING DIGITAL

03/04/2012



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Moacir Pereira	Data: 3/4/2012
Assunto:	Educação: novo impasse	Pág: 3

Educação: novo impasse

Terminou sem acordo a reunião de uma hora entre o governo e o Sinte, realizada na Secretaria da Educação. Teve a presença do secretário Eduardo Deschamps, do coordenador Décio Bacedo e dos dirigentes do sindicato.

O encontro foi tenso. Os professores se queixaram que o governo não apresentou nenhuma nova proposta para pagamento do piso salarial. O governo reclamando que o Sinte também não ofereceu nenhuma contraproposta.

O sindicato tem uma reivindicação prioritária: pagamento do piso na carreira. O governo invoca impedimento financeiro. Não há recursos para concessão imediata do benefício. Fez a proposta de creditar o piso na carreira em parcelas nos anos de 2013 e 2014.

Pela avaliação do secretário Eduardo Deschamps, o cenário não mudou desde a assembleia dos professores. Naquela época, o governo Colombo tinha a expectativa de algum reforço federal. O ministro Aloizio Mercadante prometeu, na reunião do Consed – Conselho de Secretários da Educação, uma fonte nova para oxigenar o caixa dos Estado, exclusiva para pagamento do piso salarial decretado pelo MEC. Até agora não houve nenhuma decisão nesse sentido. Deschamps assinalou que a situação, hoje, é até pior do que a anterior, em função da Resolução 72 do Senado, que, se aprovada, vai reduzir a receita do ICMS catarinense, repercutindo diretamente no orçamento da educação.

Os professores querem que os recursos do Fundeb sejam utilizados totalmente na educação. O secretário garante que isto já está acontecendo. Não há mais cálculos na divisão da arrecadação pelos poderes, em função da exclusão no ano passado. E, segundo relatório de comissão, que teve a presença do Sinte, todo o orçamento do Fundeb é destinado à educação.

NEGOCIAÇÃO

A aplicação do piso salarial, nos dois últimos anos, produziu uma situação inédita no magistério naqueles estados que aplicaram o benefício: o achatamento na carreira. Em Santa Catarina, estão hoje com vencimento de R\$ 1.451 – o novo piso – os professores nos níveis que vão de 1 a 7A. O último nível na carreira, o 12º, está hoje na faixa de R\$ 2 mil, aplicável a professores com 40 horas e títulos de pós-graduação.

O único fato novo da reunião na Secretaria da Educação foi o agendamento de outro encontro com o Sinte no dia 9 de abril, segunda-feira depois da Páscoa. De acordo com o professor Eduardo Deschamps, para “uma mesa de negociação real”. A proposta é colocar autoridades e professores frente a frente, mostrar os dados financeiros, as possibilidades de melhoria da tabela, projetar cenários e tentar um acordo.

Quer dizer: o Sinte que não espere nova proposta do governo. Não haverá. Apenas a disposição clara de uma negociação para evitar a greve. A presidente do Sinte, professor Alvet Bedin, deixou a reunião decepcionada, pois esperava nova proposta oficial. E anunciando nova assembleia no dia 17 de abril já com proposta de greve, se não houver avanço na posição inicial do governo.

O secretário Deschamps declarou-se esperançoso de uma efetiva negociação para a melhoria da proposta dentro das condições do governo. Esteve realizando reuniões com gerentes educacionais e diretores de escolas e não vê clima para nova paralisação.



Veículo:	A Notícia	
Editoria:	AN.estado	Data: 3/4/2012
Assunto:	Busca de acordo para salário	Pág: 11

Educação

Busca de acordo para salário

Professores e governo tentam negociação em reunião na próxima segunda

Sem proposta salarial nova, uma outra reunião entre governo do Estado e representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) ficou marcada para a próxima segunda-feira, dia 17. Enquanto não há acordo, a fo-

lha de pagamento de março para cerca de 30 mil professores já rodou com o novo valor do piso nacional do magistério de R\$ 1.451.

Além de pagar o novo piso – reajustado em 22% para os profissionais que ganhavam abaixo disso – o governo propôs repassar o percentual de aumento aos outros 30 mil docentes de maneira parcelada: 8% foram dados neste ano e o restante seria dividido entre 2013 e 2014. A proposta foi rejeitada pela categoria em uma assembleia estadual.

Uma das possibilidades para conseguir avançar seria incorporar ao vencimento a gratificação chamada regência de classe – um percentual de 25% ou 40% sobre o salário-base – dada a todos os professores.

“Cerca de 18 Estados estão com problemas em pagar o piso. Destes, a maioria fala em incorporar a regência. Vamos ter que sentar e chegar a soluções que sejam possíveis”, relatou o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps.

Ele ainda observa que, apesar de a proposta não ter sido aceita, o sindicato não apresentou nenhuma outra sugestão para que se conseguisse dar um passo à frente.

Deschamps adiantou ainda que aguarda uma reunião com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, secretários de Educação e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação para discutir saídas ao pagamento do piso. Há ainda a expectativa de ser votado um projeto de lei, para reajustar o piso do magistério com

base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

“Depois disso, talvez consigamos melhorar a proposta. Mas se não tivermos novas fontes de receita, não vamos conseguir dar mais do que 8% de aumento neste ano”, ressaltou.

A coordenadora do Sinte, Alvette Bedin, espera que na próxima semana se chegue a um consenso. Caso contrário, os professores irão entrar em greve a partir do dia 17. Essa decisão foi tomada em assembleia estadual.



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Geral	Data: 3/4/2012
Assunto:	Negociações continuam com o governo	Pág: 25

MAGISTÉRIO

Negociações continuam com governo

Segunda-feira haverá mais uma reunião para se chegar a um acordo e evitar a greve este ano

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Sem proposta salarial nova, uma outra reunião entre governo do Estado e representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) ficou marcada para a próxima segunda-feira, dia 9. Enquanto não há acordo, a folha de pagamento de março para cerca de 30 mil professores já rodou com o novo valor do piso nacional do magistério de R\$ 1.451.

A além pagar o novo piso – reajustado em 22% para os profissionais que ganhavam abaixo disso – o governo propôs repassar o percentual de aumento aos outros 30 mil docentes de maneira parcelada: 8% foram dados neste ano e o restante seria dividido entre 2013 e 2014. A proposta foi rejeitada pela categoria, em uma assembleia estadual.

Uma das possibilidades, para conseguir avançar, seria incorporar ao vencimento a gratificação chamada regência de classe – um percentual de 25% ou 40% sobre o salário-base – dada a todos os professores.

– Cerca de 18 estados estão com problemas em pagar o piso, destes, a maioria fala em incorporar a regência. Vamos ter que sentar e chegar a soluções que sejam possíveis – relatou o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps.

Ele ainda observa que apesar de a proposta não ter sido aceita, o sindicato não apresentou nenhuma outra sugestão para que se conseguisse dar

um passo a frente.

Deschamps adiantou ainda que aguarda uma reunião com o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, secretários de educação e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação para discutir saídas ao pagamento do piso. Há ainda a expectativa de ser votado um projeto de lei, para reajustar o piso do magistério com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

– Depois disso, talvez consigamos melhorar a proposta. Mas se não tivermos novas fontes de receita, não vamos conseguir dar mais do que 8% de aumento neste ano – ressaltou.

Sinte mantém posição de greve, se nada avançar

A coordenadora do Sinte, Alvete Bedin, espera que na próxima semana se chegue a um consenso. Caso contrário, os professores irão entrar em greve a partir do dia 17. Essa decisão foi tomada em assembleia estadual. Para ela, falta o governo tratar a educação como prioridade:

– Queremos os 22% neste ano. O Estado sabe que ano que vem haverá novo reajuste. E como vai ficar?

Sobre a possibilidade de incorporar a regência de classe ao vencimento, ela descartou e lembrou que na última greve isso foi bastante debatido.

– A categoria já deixou claro que não aceita a incorporação da regência e não vamos aceitar nesse ano – concluiu Alvete.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Cidade	Data: 3/4/2012
Assunto:	Impasse com professores	Pág: 5

Impasse com professores

Piso nacional. Estado mantém proposta e magistério confirma decisão de fazer greve a partir do dia 17



Alternativa. Deschamps disse que já pediu um encontro com o ministro da Educação para tentar obter mais recursos

EMANUELLE GOMES
emanuelle@noticiasdodia.com.br
[@Emanuelle_ND](https://twitter.com/Emanuelle_ND)

FLORIANÓPOLIS — O governo do Estado e o Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) não avançaram nas negociações sobre o piso nacional da categoria e nova reunião foi marcada para o próxima segunda-feira. Representantes dos dois lados devem buscar uma solução para o impasse. Na tarde de ontem, as partes se reuniram na Secretaria de Estado da Educação, mas não foi apresentada nova proposta para as reivindicações do magistério.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps,

afirmou que não há novidades e que, por esse motivo, manteve a proposta feita no dia 13 de março, rejeitada pelos professores em assembleia realizada no dia 16.

“Eles não apresentaram uma contraproposta e, assim, não podemos avançar nas discussões. Nós já pedimos uma reunião com o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para ver a possibilidade de novos recursos, mas, por enquanto, não tivemos retorno”, explicou.

Deschamps acrescentou que a categoria deve pressionar o governo federal para mais investimentos na educação nos Estados. Mas, para o Sin-

te-SC, o governo do Estado tem condições de pagar o piso nacional. “Não vamos apresentar contraproposta e mantemos a greve para o dia 17, caso não tenha nenhum fato novo”, garantiu Alvet Bedin, presidente do sindicato.

O governo propõe o pagamento do reajuste de 22,22% no salário para os professores, questão principal abordada nas negociações. Mas sugere pagar 8% neste ano e o restante seria dividido entre os anos de 2013 e 2014.

Os professores não aceitaram e pedem o pagamento integral do reajuste para toda a categoria ainda neste ano.



REUNIÃO

Governo e professores marcaram nova negociação para a próxima segunda-feira